

## EDITORIAL

---

A Revista de Direito Brasileira (Brazilian Journal Of Law) – RDB é uma publicação quadrimestral e oficial do CONPEDI, que visa fomentar o estudo das questões mais relevantes que envolvem a jurisdição constitucional tanto em âmbito nacional quanto estrangeiro. Neste sentido, procura-se estudar os principais temas do Direito Contemporâneo de modo reflexivo e dialético. Objetiva-se criar um campo vasto de discussão e aproximação do Direito interno e internacional, propiciando um intercâmbio de informações e soluções sobre as mais diversas questões jurídicas situadas no âmbito da jurisdição constitucional. Tem como finalidade oferecer aos estudiosos do Direito uma visão atualizada dos principais temas das Cortes Constitucionais, buscando aproximar a teoria da prática.

Para tanto, o periódico traz artigos doutrinários inéditos, nacionais e estrangeiros, sendo 20% dos artigos enviados, a cada edição, por autores convidados de significativo conhecimento do tema, tanto de âmbito nacional quanto internacional. Já os artigos restantes passam necessariamente pelo sistema Double Blind Peer Review, em que o artigo é avaliado por Doutores em Direito que desconhecem os autores, assim como estes desconhecem os seus avaliadores. A avaliação ocorre, necessariamente, por no mínimo dois pareceristas ad hoc (avaliadores). Todavia, caso haja discrepância superior a três pontos (avaliação de zero a dez), ocorrerá uma terceira avaliação. Importante destacar, que os avaliadores da RDB são professores de programas de Mestrado e Doutorado em Direito e foram (e continuarão sendo) indicados pelos coordenadores dos programas de Pós-graduação em Direito stricto sensu de todo o Brasil, reconhecidos pela CAPES/MEC.

Para se evitar o plágio, assim como artigos não inéditos entre outros problemas, mas, principalmente, para garantir a longevidade das publicações e facilitar a sua identificação no meio eletrônico, todos os artigos aprovados serão registrados no sistema Digital Object Identifier – DOI.

A RDB terá sempre uma versão impressa e outra eletrônica, sendo que na versão on-line os artigos estão em duas línguas: inglês/espanhol ou inglês/português. Os artigos obedecerão às regras da ABNT e deverão possuir os seguintes requisitos: (a) ser inédito; (b) conter resumo na língua portuguesa ou espanhola e inglesa com no mínimo 100 palavras e no máximo 250 palavras; (c) conter no mínimo três palavras-chave e no máximo cinco na língua portuguesa ou espanhola e inglesa (separadas por ponto); (d) desenvolvimento e referências; (e) possuir de 15 a 30 laudas no formato Word (A4, posição vertical; fonte: Times New Roman; corpo: 12; alinhamento: justificado, sem separação de sílabas; entre linhas: espaçamento um e meio; espaçamento simples entre as linhas do resumo em português ou espanhol e inglês; parágrafo: 1,5 cm; margem: superior e esquerda – 3 cm; inferior e direito – 2 cm); (f) as citações devem obedecer às regras da ABNT (NBR10520/2002); (g) as referências devem ser conforme a ABNT (NBR 6023/2002); (h) o sistema de chamada das referências das citações diretas ou/e indiretas pode ser autor-data ou numérico (NBR 10520/2002). As notas de rodapé, se necessárias, devem ser somente explicativas

(NBR 6022/2003) (i) conforme a NBR 6024/2003, os títulos, subtítulos e sub-subtítulos devem ser alinhados à esquerda e conter um texto relacionado com eles; j) o arquivo deve ser enviado em formato word; e l) ser escrito por um Doutor ou Mestre, ou um graduado em Direito em co-autoria com um Doutor.

Há que se destacar ainda que em cada edição poderão ser criteriosamente selecionados acórdãos, de inteiro teor, pelos editores e membros do comitê de política editorial, com o máximo de seis meses de publicação e acompanhados de uma resenha do julgado. Poderão constar também de cada edição, resenhas de obras jurídicas, legislação nacional, estrangeira ou internacional comentada e pareceres.

Importante destacar que após intenso trabalho nas primeiras três edições a RDB foi classificada como B1 pela Qualis/CAPES/MEC.

A RDB divide-se em uma Parte Geral, no qual são abordados temas genéricos e relevantes da justiça constitucional, e uma Parte Especial, que versa sobre temas específicos. Nesta décima primeira edição, o tema específico escolhido é o direito dos trabalhadores e o mercado de trabalho.

Na parte geral da Revista, Márcio Ricardo Staffen e Neuro José Zambam estudam o tema do direito ao desenvolvimento humano enquanto bem jurídico global. No tocante ao Direito Ambiental, Hebert Alves Coelho e Elcio Nacur Rezende abordam a questão da efetiva implantação das unidades de conservação ambiental por meio da desapropriação. Já Tagore Trajano de Almeida Silva analisa com acuidade os princípios de proteção animal previstos na Constituição Federal de 1988.

Já Elaine Harzheim Macedo e Eugênio Facchini Neto em seu texto refletem sobre a busca de alternativas à jurisdição e se elas configuram uma fuga da jurisdição. No tocante às imigrações de estrangeiros, Dianaa Marín Consarnau trata da entrada e permanência de estrangeiras por razões de interesse econômico. Tais Ramos e Claudinei Caetano Porto estudam a justiça de transição, examinando a responsabilidade do Estado sobre as chances perdidas pelas vítimas do regime militar brasileiro: uma análise a partir da Ação Judicial nº 2007.71.18.001748-1.

Destarte, Cintia Barudi Lopes Morano leva a efeito uma análise acurada das disposições da Lei n.º 12.846/13 (lei anticorrupção). Por sua vez, Nevita Maria Pessoa de Aquino Franca Luna trata do Pragmatismo jurídico aproximando THÊMIS E EROS: o sentimento do Supremo Tribunal Federal na ADPF 54/DF. Por fim, Cristina Pazó, Geiziele Salles e Juliana Zaganelli abordam o tema da Transexualidade e o direito fundamental à educação: uma análise sobre a responsabilidade civil das instituições privadas de ensino.

Na parte especial da Revista que trata do direito dos trabalhadores e o mercado de trabalho, Thaís Janaina Wenczenovicz e Rodrigo dos Anjos Espiucia estudam a integração e o (des) respeito aos direitos da personalidade dos trabalhadores migrantes no norte do Rio Grande do Sul. Em seu texto, Bárbara Natália Lages Lobo trata do adicional de penosidade sob a óptica da teoria constitucional contemporânea: a efetivação dos direitos fundamentais. Por fim, Jordi García Viña trata da dualidade do mercado de trabalho como uma das possíveis causas da crise atual, ou talvez a única.

Por fim, gostaríamos de agradecer a todos os autores que colaboraram nesta oitava edição, bem como aos pareceristas que levaram a efeito a criteriosa avaliação dos artigos.

A todos desejamos uma excelente leitura!

Vladmir Oliveira da Silveira  
Coordenador